



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

**2º SIMULADO INÉDITO:**

**DELEGADO DA**

**PCPR**







**Estratégia**  
Concursos

# LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

**#VENHAPARAOMAIOR**

**NÃO ESQUEÇA**

**18 DE MAIO - ÀS 10:00**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

### PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-PR-16-05-20>



Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100



**PROVA OBJETIVA****DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thálius Moraes

**01.** Acerca da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) a criação de subsidiárias de empresas públicas deve ser precedida de autorização legislativa.
- b) Para que uma sociedade empresarial seja considerada uma sociedade de economia mista, basta que o controle acionário esteja em mãos do poder público.
- c) Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) As autarquias submetem-se ao controle hierárquico denominado supervisão ministerial.
- e) A aquisição da personalidade jurídica das fundações públicas de direito público ocorrerá com o registro de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente.

**02.** Acerca da descentralização administrativa e da desconcentração administrativa, julgue os próximos itens

I- Na descentralização a transferência do serviço público é feita para outra pessoa jurídica integrante da administração indireta, ou mesmo para um particular.

II- A centralização ocorre quando um ente político presta os serviços públicos por meio de seus próprios órgãos e agentes.

III- Na desconcentração administrativa inexistente relação hierárquica, pautada pela subordinação.

IV - A descentralização por serviços pode ser feita por meio de um ato administrativo.

Está correto apenas o afirmado em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) III e IV.

d) II e IV.

e) I e III.

**03.** Acerca dos atributos dos atos administrativos julgue verdadeiro (V) ou falso (F)

( ) A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegalidade.

( ) A autoexecutoriedade permite que todos os atos administrativos sejam executados diretamente pela administração pública, independentemente de intervenção ou confirmação judicial.

( ) A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração impor obrigações independentemente de anuência dos administrados, caso das licenças, por exemplo.

- a) V - V - V
- b) F - V - F
- c) V - F - F
- d) V - F - V
- e) F - F - V

**04.** Caso a administração pública entenda que determinado ato administrativo foi praticado em contrariedade ao ordenamento jurídico, cabe a autoridade pública competente realizar a

- a) anulação, com efeitos a partir da declaração da invalidade do ato.
- b) revogação, desde que presente razões de conveniência e oportunidade para tanto.
- c) convalidação, em caso de um vício no elemento finalidade.
- d) cassação, com a aplicação retroativa de seus efeitos.
- e) convalidação, quando se tratar de um ato anulável.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**05.** Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.
- d) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.
- e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

**06.** O servidor público efetivo de uma autarquia, ao ser eleito para um cargo eletivo municipal

- a) ficará afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- b) não será afastado, caso exista compatibilidade de horários.
- c) perceberá as vantagens do seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) será afastado de seu cargo, não podendo optar pela remuneração.
- e) será afastado caso tenha sido eleito prefeito, podendo optar pela sua remuneração.

**07.** Levando em consideração o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, estabelecido pela Lei 6174 de 16 de Novembro de 1970, julgue os próximos itens acerca da remoção.

I - Com a remoção do servidor para outra cidade, o cargo que ocupava ficará vago.

II - A remoção, em qualquer caso, somente poderá ser feita se houver claros na lotação.

III - A remoção para localidade diversa depende de consentimento do servidor.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) II.

**08.** Acerca dos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) O ciclo de polícia é composto por três fases: ordem, fiscalização e sanção, sendo admitido que a fase fiscalizatória seja delegada para pessoas jurídicas de direito privado.
- b) A atribuição de rever atos praticados por subordinados e de fiscalizar a sua atuação são decorrências do poder disciplinar.
- c) É decorrência do poder hierárquico a edição de atos normativos cujo objetivo é ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.
- d) O exercício do poder de polícia é privativo dos órgãos de segurança pública.
- e) O poder regulamentar permite que a administração pública regulamente assuntos não abordados pela legislação.

**09.** Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.
- e) de polícia judiciária.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**10.** Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue verdadeiro (V) ou falso (F).

( ) Com base na teoria do risco integral, que sustenta a responsabilidade objetiva do estado, não é admitida a alegação de excludentes ao dever estatal de indenizar.

( ) O Estado responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, mesmo que os danos não decorram direta ou imediatamente do ato de fuga.

( ) Em caso de omissões estatais, a responsabilidade civil será subjetiva, sendo necessária a comprovação de uma negligência estatal, além do dano e do nexo de causalidade.

a) V - F - V.

b) V - V - F.

c) F - F - V.

d) F - F - F.

e) V - V - V.

**11.** Acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores.

a) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos praticados por notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.

b) A culpa recíproca da vítima e a força maior são causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.

c) Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos legislativos, mesmo quando se tratar de lei declarada inconstitucional.

d) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a responsabilização civil do Estado em caso de atos jurisdicionais.

e) Ficará afastada a responsabilidade estatal, em caso de danos causados por seus agentes, se existente causa excludente de ilicitude penal.

**12.** Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

I - Em caso de ato administrativo praticado em desconformidade com súmula vinculante, a reclamação para anulação desse ato é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.

II - É vedado que lei infraconstitucional crie uma modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente.

III - As pessoas jurídicas que administrem recursos públicos colocados a sua disposição, independentemente de possuírem personalidade jurídica pública ou privada, têm a responsabilidade e o dever de prestar contas.

Está correto apenas o disposto em

a) I, II e III.

b) II e III.

c) I e III.

d) II.

e) III.

**13.** A competência para o julgamento das contas do Presidente da República é

a) do Tribunal de Contas da União, mediante controle externo.

b) do Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo.

c) do Tribunal de Contas da União, mediante controle interno.

d) do Senado Federal, mediante controle externo.

e) do Congresso Nacional, mediante controle externo.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**14.** Acerca dos princípios aplicáveis aos serviços públicos, aquele que determina que a prestação dos serviços deve ser feita com a maior amplitude possível, beneficiando o maior número de possíveis de indivíduos, é o princípio da

- a) continuidade.
- b) modicidade.
- c) eficiência.
- d) generalidade.
- e) amplitude.

**15.** Caso a Administração Pública opte por prestar determinado serviço público de forma indireta, a delegação poderá ser efetuada por meio de

- a) permissão, formalizada por meio de um ato administrativo discricionário.
- b) concessão, que sempre deverá ser precedida de licitação na modalidade concorrência.
- c) permissão, que poderá ser celebrada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- d) autorização, formalizada por meio de um contrato administrativo.
- e) concessão, que possui um caráter precário, sendo formalizada por um contrato administrativo.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Adriana Fauth**

**16.** A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público detém autonomia funcional e administrativa, e pode propor ao Poder Legislativo: a criação e a extinção de cargos, a sua política remuneratória, os seus planos de carreira, bem como escolher o procurador-geral da República,
- b) Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.

c) A destituição do procurador-geral da República por iniciativa do presidente da República é condicionada a prévia autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

d) O Ministério Público da União é constituído pelo Ministério Público de Contas da União, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

e) O Procurador Geral de Justiça será escolhido pelo Governador dentre integrantes de carreira, indicados em lista tríplice, independente de qualquer aprovação pela Assembleia legislativa do Estado.

**17.** De acordo com a disciplina Constitucional relativa às Forças Armadas assinale a alternativa correta:

a) O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese de cargo ou emprego privativo de profissionais da saúde, será transferido para a reserva, nos termos da lei. Ademais, a transferência para a reserva remunerada de militar aprovado em concurso público subordina-se à autorização do presidente da República ou à do respectivo ministro.

b) Dada a extensão aos servidores militares dos direitos constitucionalmente previstos aos trabalhadores urbanos e rurais, é inconstitucional o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

c) Ao servidor militar são proibidas a associação, sindicalização e a greve.

d) O militar, ainda que em serviço ativo, poderá filiar-se a partidos políticos, não podendo, entretanto, exercer cargo eletivo.

e) Não é permitida a atribuição, pelas Forças Armadas, de serviço alternativo aos que, em tempos de paz, após alistados, alegarem escusa de consciência decorrente de crença religiosa para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**18.** Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 a respeito da organização político-administrativa do Estado Brasileiro:

a) Os Estados-membros são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal, em decorrência de sua competência reservada.

b) Os serviços locais de gás canalizado serão explorados pelo Estado, admitindo-se delegação da titularidade de tais serviços aos municípios que integrem a Região Metropolitana.

c) São bens da União os aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

d) Não pertencem a União os terrenos de marinha localizados em ilhas costeiras que sejam sede de município.

e) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. O plebiscito deverá ser convocado pelo Congresso Nacional.

**19.** A respeito do título da Ordem Social, sobre o direito a EDUCAÇÃO, assinale a alternativa correta:

a) A educação é direito de todos e dever exclusivo do Estado.

b) É vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

c) Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 18 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

d) Atendimento ao educando, adstrito ao ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

e) Aos indígenas deve ser assegurada educação bilingue no ensino fundamental regular, na medida em que deverá ser ministrada a disciplina de língua portuguesa, mas também, é assegurada às comunidades a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

**20.** Conforme disposições constitucionais a respeito da Segurança Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, compete a apuração de infrações penais de forma residual, na medida em que não deverão apurar infrações de competência da União, bem como as de natureza militar.

b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

c) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal federal, cabe a segurança dos estabelecimentos penais

e) Compete à Polícia Federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

**21.** A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

a) Será obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de antiguidade;

b) Não se admite o fracionamento para pagamento de precatório, nem mesmo quando se tratar de débito alimentar e o credor tiver mais de sessenta anos de idade.



## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

c) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por merecimento.

d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de no mínimo 2/3 (dois terços) do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

**22.** A respeito do instituto da Intervenção, considere:

I. A intervenção federal é a negativa excepcional e temporária da autonomia dos Estado, assim como também ocorre no caso de decretação do Estado de Defesa e do Estado de Sítio

II. A União nunca intervirá nos municípios localizados em estados-membros.

III. A intervenção federal espontânea ocorrerá para: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; e assegurar a observância dos princípios sensíveis.

Assinale a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas;
- B) II e III estão corretas;
- C) Apenas a I está correta
- D) Apenas a II está correta
- E) Apenas a III está correta.

**23.** A respeito do título da Ordem Social e da jurisprudência do STF sobre o direito ao MEIO AMBIENTE, assinale a alternativa correta:

a) A floresta amazônica brasileira, assim como a mata atlântica, é considerada bem da União, devendo sua utilização ocorrer na forma da lei, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive no que concerne ao uso dos recursos naturais.

b) O direito ao meio ambiente, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, é direito fundamental de 3ª geração, que consagra o postulado da solidariedade.

c) Incumbe ao Poder Público exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.

d) A CF, ao estabelecer a proteção ao Meio ambiente, adotou posição restritiva quando ao seu conceito, limitando-se a proteção apenas do patrimônio natural.

e) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei ordinária federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**24.** Carlos Maia, militante do Partido Comunista brasileiro, exilou-se na Argentina durante a ditadura militar. Lá conheceu Agustina, com quem teve dois filhos: Roberto Maia, nascido em 1970 e Debora Maia, nascida em 1988, ambos registrados no consulado brasileiro na Argentina.

No ano 1990 a família regressou para o Brasil, tendo fixado residência no Estado do Rio de Janeiro. Em 2018 ambos manifestaram interesse em candidatar-se a cargos eletivos.

Com base na situação “hipotética” acima, assinale a alternativa correta:

a) Debora poderá se candidatar ao cargo de Senadora da República, mesmo sendo brasileira naturalizada.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

b) Caso Roberto Maia tenha sido eleito deputado federal nas eleições de 2018, Debora estará impedida de se candidatar ao cargo de deputada estadual pelo estado do Rio de Janeiro nas próximas eleições gerais, em decorrência da inelegibilidade reflexa.

c) Roberto Maia apesar de ter nascido na Argentina é brasileiro nato e poderá candidatar-se a deputado federal e em sendo eleito, poderá ser validamente eleito a Presidência da Câmara.

d) Debora é brasileira nata, mas não poderá candidatar-se ao cargo de deputada federal, em virtude da sua idade.

e) Tanto Roberto quando Debora poderão ser candidatar ao cargo de Presidente da República, pois preenchem os requisitos de elegibilidade quanto a nacionalidade e idade mínima.

**25.** A respeito das imunidades, incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

c) O pedido de sustação da ação penal em trâmite contra deputado ou senador deverá ser feito por partido político, com representação na Casa, no prazo improrrogável de 45 dias, contados da ciência da ação penal.

d) De acordo com o STF, após sentença condenatória transitada em julgado, deputados e senadores poderão ser presos. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, por toda e qualquer infração penal.

**26.** Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Presidente da República expedir os chamados “decretos autônomos”, classificados como atos normativos secundários.

b) É atribuição do Chefe de Estado exercer a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.

c) A expressão “presidencialismo de coalizão” designa o ato do chefe do Poder Executivo a buscar construir uma base de apoio no Congresso Nacional com a finalidade de colocar em prática sua agenda governamental.

d) Ao presidente da república, como Chefe de Estado, compete celebrar tratados internacionais, desde que com autorização do Congresso Nacional.

e) O Presidente poderá criar e extinguir ministérios, por meio de decreto autônomo.

**27.** Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.

b) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

c) Ao eleito por partido que não preencher os requisitos da cláusula de desempenho é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão..

d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

e) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

**28.** a respeito da Teoria Geral dos Direitos fundamentais, analise:

I. João e Pedro trabalham em uma autarquia federal, em carreiras e tabelas remuneratórias distintas. Entretanto, ambos os cargos exercem as mesmas atribuições legais e regulamentares, sendo que os cargos exigem o mesmo nível de escolaridade. Dessa forma, de acordo com o STF, é possível que o judiciário, à luz do princípio da isonomia, determine a aplicação da tabela remuneratória mais vantajosa ao servidor que recebe remuneração mais baixa.

II. A eficácia diagonal dos direitos fundamentais foi desenvolvida para proteger os particulares contra o arbítrio do Estado, de modo a dedicar direitos em favor das pessoas privadas, limitando os poderes estatais.

III. Os direitos fundamentais não podem ser considerados absolutos, posto que são passíveis de relativização e podem entrar em conflito entre si.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) As assertivas II e III são falsas.

b) As assertivas I e II são falsas.

c) As assertivas I e III são falsas.

d) As assertivas I, II e III são falsas.

e) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

**29.** “Paradoxalmente, portanto, a Súmula do STF, como repositório de jurisprudência, tinha por finalidade significativa discernir as hipóteses que se repetem, com frequência, daquelas que mais raramente são submetidas ao Supremo Tribunal. Em relação a elas, impunha-se adotar um método de trabalho, que permitisse o seu julgamento seguro, mas rápido, abolindo formalidades e desdobramentos protelatórios. Esses casos, pela frequência com que se reproduziam, ficavam despojados de importância jurídica e não se justificava perda de tempo.” (Victor Nunes Leal). A respeito das súmulas vinculantes e do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) A súmula vinculante produz efeitos imediatos a partir de sua edição, não admitindo a modulação que pode ter lugar em determinadas hipóteses de controle concentrado.

b) A aprovação da Súmula Vinculante depende de decisão favorável de, no mínimo, 1/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal.

c) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante somente poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

d) A súmula, porque não apresenta as características de ato normativo, não está sujeita à jurisdição constitucional concentrada.

e) As súmulas vinculantes vinculam todos os órgãos do poder judiciário e a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.



30. Julgue os itens a seguir, relativos à natureza jurídica, à classificação e aos elementos da Constituição:

- a) Constituição-garantia é aquela que estabelece um plano de evolução política e metas a serem alcançadas no futuro.
- b) A CF é classificada como semirrigida, na medida em que, mesmo com a existência de cláusulas pétreas, é possível a relativização delas.
- c) Os direitos e garantias fundamentais são considerados elementos limitativos das constituições.
- d) As normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder são consideradas como elementos de estabilidade institucional.
- e) São elementos orgânicos as normas que asseguram direitos com viés sociológico, intervencionais.

pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

- c) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, para os outros efeitos, dependendo, para isso, da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.
- d) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- e) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

## DIREITO PENAL

Michael Procópio

31. É causa interruptiva da prescrição:

- a) O oferecimento da denúncia ou queixa.
- b) A pronúncia, desde que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- c) A publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.
- d) Os embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.
- e) A celebração de acordo de não persecução penal.

32. Assinale a alternativa correta sobre as normas do Código Penal:

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, bem como no momento do resultado.
- b) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade pública ou privada, achando-se aquelas em

33. Assinale a alternativa incorreta sobre o nexo de causalidade:

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- b) A concomitância de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- c) O dever de agir incumbe a quem, dentre outras hipóteses, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- d) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- e) Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. Deste modo, o Código Penal adotou, conforme entendimento majoritário, a teoria da equivalência dos antecedentes.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

34. Assinale a alternativa correta sobre a ilicitude:

a) Considera-se em estado de necessidade o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes, desde que atendidos os demais pressupostos.

b) Segundo entendimento majoritário, o Código Penal adotou a teoria diferenciado, somente admitindo o estado de necessidade se o valor do bem sacrificado for inferior ao do bem salvo pelo agente.

c) De acordo com a teoria da tipicidade conglobante, é a comprovação de que a conduta legalmente típica está também proibida pela norma, o que se obtém desentranhando o alcance dessa norma proibitiva conglobada com as demais disposições do ordenamento jurídico. Exige-se, além de uma tipificação formal, a antinormatividade da conduta. É a teoria de Eugenio Raúl Zaffaroni.

d) O agente, em qualquer das discriminantes, responderá pelo excesso, caso ele seja doloso.

e) Segundo a teoria da *ratio essendi*, a prática da fato típico representa uma presunção de ilicitude.

35. Assinale a alternativa correta sobre culpabilidade:

a) Segundo a teoria normativa pura da culpabilidade, o erro sobre os pressupostos fáticos de uma excludente de ilicitude leva ao seu reconhecimento como erro de tipo, por se tratar de falsa representação da realidade.

b) Conforme entendimento que prevalece na doutrina, a coação moral irresistível exclui a culpabilidade, enquanto a coação física exclui a ilicitude da conduta.

c) A exigibilidade de conduta diversa, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, só fica afastada nas duas hipóteses previstas no Código Penal, a coação moral irresistível e a obediência estrita a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.

d) Para a análise da potencial consciência da ilicitude, não se exige o conhecimento técnico

pelo agente. Basta, portanto, a chamada valoração paralela na esfera do profano.

e) A culpabilidade representa a conexão psicológica entre a conduta típica e ilícita e o agente, conforme se extrai do Código Penal, após a reforma da Parte Geral em 1984.

36. Analise as seguintes assertivas sobre a classificação dos delitos:

I – O crime de extorsão mediante sequestro é classificado como de tendência interna transcendente de resultado cortado ou de resultado separado. Isto porque o resultado naturalístico, que não é necessário para a consumação do crime, depende da conduta de um terceiro.

II – O crime de moeda falsa é classificado como de tendência interna peculiar ou intensificada, pois o agente pratica a conduta para um benefício posterior, que não é necessário ser obtido para sua configuração. O resultado naturalístico, não exigido para a configuração do delito, depende da vontade do agente.

III – O tipo penal do crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, previsto no artigo 236 do Código Penal, é classificado como norma penal em branco imprópria ou homogênea homovitelina.

IV – Crime progressivo: é aquele em que o agente, para atingir o seu objetivo, precisa praticar um crime menos grave que é o caminho para a prática de outro. Cuida-se de condutas necessárias para a prática do crime desejado. É o caso do homicida que se utiliza de uma faca para a execução do crime. Ele pratica várias lesões corporais para se atingir o homicídio, respondendo apenas por este último crime (norma consuntiva).

Está(s) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

a) I, II e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**37.** João tomou posse como Delegado na cidade de Curitiba, onde havia passado toda a sua vida. Recebeu um ofício do Ministério Público, requerendo a investigação por malversação de verbas públicas. Logo em seguida, recebeu um telefonema do Prefeito, pessoa que ele sabia ter grande poder político e econômico, que disse que o ato não passava de perseguição e, por isso, pedia que deixasse para realizar as diligências no mês seguinte, já que neste período sua popularidade iria cair de forma desnecessária e, em breve, iria inaugurar uma obra pública que abafaria o caso.

Considerando que João cedeu e protelou a realização das diligências, transgredindo normas de serviço, sua conduta configura:

- a) O crime de concussão.
- b) O delito de prevaricação.
- c) Ato penalmente atípico, mas possivelmente configurador de improbidade administrativa.
- d) O crime de corrupção passiva, na forma privilegiada.
- e) O crime de corrupção passiva, na modalidade majorada.

**38.** Pedro Malandro subiu em um ônibus de transporte coletivo e apontou a arma de fogo para dois passageiros que estavam no último banco. Exigiu a entrega dos aparelhos celulares, ao que constatou que uma das vítimas guardava o cartão de crédito junto com o celular, na capa que o cobria. Exigiu, então que a dona do cartão lhe fornecesse a senha. Após conseguir seu intento, saiu do ônibus, mas, devido à sinalização do motorista para uma viatura que estava passando pelo local, foi preso logo na próxima esquina depois da parada onde desceu.

A respeito do caso, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro cometeu dois crimes de roubo, na forma consumada.
- b) Pedro cometeu dois crimes de roubo, na forma tentada.

c) Pedro cometeu dois crimes de roubo, em concurso material e na modalidade consumada, além do crime de extorsão.

d) Pedro cometeu dois crimes de roubo, em concurso formal e na modalidade tentada, além do crime de extorsão.

e) Pedro cometeu dois crimes de roubo, em concurso formal e na modalidade consumada, além do crime de extorsão.

**39.** Sobre concurso de pessoas, assinale a alternativa incorreta:

a) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um a dois terços.

b) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

c) A autoria colateral ocorre quando dois ou mais agentes concorrem para a prática da realização da infração penal, sem vínculo entre eles. Os indivíduos não possuem liame subjetivo de juntos praticarem a conduta típica, mas acabam realizando a conduta de forma concorrente.

d) Segundo a teoria da acessoriedade limitada, que, segundo o entendimento majoritário, foi adotada no nosso ordenamento jurídico, para que o partícipe seja punido, é necessário que o autor tenha praticado fato típico e ilícito.

e) Em linhas gerais, para a teoria do domínio do fato, preconizada por Hans Welzel e hoje desenvolvida de forma própria pelo jurista Claus Roxin, autor é quem controla o fato, decidindo sobre a forma de execução, seu início, sua cessação e as condições da realização. É a figura central da conduta criminosa.



## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**40.** Assinale a alternativa correta sobre punibilidade:

- a) No caso de retratação pelo autor do crime de falso testemunho, o partícipe também tem extinta sua punibilidade.
- b) A abolitio criminis é a causa de extinção da punibilidade que consiste na descriminalização da conduta, em decorrência da superveniência de lei que deixa de prever aquela conduta como infração penal. Extingue a pena, mas não os chamados efeitos penais secundários.
- c) Decadência é a causa de extinção da punibilidade que consiste na perda do direito de oferecer queixa crime ou de oferecer representação, em razão da inércia do titular durante determinado intervalo de tempo. Ocorre na ação penal privada exclusiva, na ação penal pública condicionada à representação e na ação penal privada subsidiária da pública, ensejando a extinção da punibilidade em todas as hipóteses.
- d) O perdão judicial é cabível apenas nas hipóteses previstas taxativamente em lei, consubstanciando direito público subjetivo do acusado, sendo denominado também de bagatela própria.
- e) O indulto extingue os efeitos penais primários (pretensão executória) e secundários, mas não atinge os efeitos extrapenais.

**41.** Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta:

- a) Aplica-se a figura do privilégio do furto aos crimes de estelionato, receptação dolosa, apropriação indébita e extorsão indireta.
- b) O abigeato, furto de semovente de produção, é modalidade majorada de furto, com aumento de um terço na pena.
- c) O STJ entende que a causa de aumento prevista no § 1.º do art. 155 do Código Penal, que se refere à prática do crime durante o repouso noturno, é aplicável tanto na forma simples como na qualificada do delito de furto.
- d) A pena no caso de crime de roubo praticado com arma de fogo de uso restrito ou proibido é a mesma no caso de emprego das demais armas de

fogo. Entretanto, somente na primeira hipótese o delito passou a ser considerado hediondo com o advento da Lei 13.964/2019.

e) É isento de pena quem comete o crime de furto, em prejuízo do tio, desde que haja coabitação. Referida regra resta afastada se o tio tiver idade igual ou superior a 60 anos.

**42.** Catarina, de 18 anos de idade e que acabou de aprender a movimentar contas bancárias, confundiu a poupança da mãe com o dinheiro que a sua genitora recebia como pensão paga pelo Estado do Paraná, já que ela havia se aposentado como professora. Deste modo, após o óbito da mãe, acabou sacando dinheiro referente a dois meses de benefício, pensando se tratar das economias que sua genitora havia feito em vida. Podemos concluir que, neste caso, Catarina:

- a) incorreu em erro de proibição.
- b) incorreu em erro de tipo essencial.
- c) cometeu fato típico e ilícito, mas não culpável, já que não se poderia exigir conduta diversa.
- d) deverá responder por estelionato majorado, mesmo que comprove que não quebrou o dever objetivo de cuidado.
- e) cometeu crime de furto qualificado pela fraude.

**43.** Salatiel estava em um bar quando Sabrina, aproveitando-se de sua distração, jogou substância conhecida popularmente como “boa noite, Cinderela” em seu copo, fazendo com que ele caísse no sono pouco depois em um sofá na entrada do estabelecimento. Aproveitando-se do sono de Salatiel, ela pegou sua bolsa e fugiu do local. Sabrina cometeu o crime de:

- a) roubo próprio.
- b) roubo impróprio.
- c) furto qualificado pelo emprego de fraude.
- d) furto simples.
- e) estelionato.

**44.** Sobre o arrependimento posterior, assinale a alternativa correta:

- a) É conhecido como ponte de ouro, na denominação de Franz Von Liszt.
- b) O crime não deve ter sido cometido com violência, mas é possível a aplicação do instituto em caso de grave ameaça. A pena é reduzida de um sexto a dois terços.
- c) A conduta do agente deve ser espontânea.
- d) Deve ocorrer até o trânsito em julgado da ação penal.
- e) Ocorre quando o agente repara o dano ou restitui a coisa, após a consumação do delito. A pena deve ser reduzida de um a dois terços.

**45.** Assinale a alternativa que não representa o entendimento consolidado do STJ:

- a) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- b) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- c) É inadmissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.
- d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- e) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Priscila Silveira**

**46.** O acusado Wellington andando pelo centro de São Paulo avistou uma joalheria com a porta entreaberta, ocasião em que lá adentrou e subtraiu diversas gargantilhas de ouro branco, colocando-as em sua mochila. Ao tentar sair do estabelecimento comercial, saiu correndo e o dono da loja percebendo a ação do meliante, gritou para o segurança que o perseguiu efetuando sua prisão sob a alegação de flagrância delitiva. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) a prisão em flagrante é ilegal, vez que o segurança não poderia efetuar a prisão.
- b) trata-se da hipótese de flagrante presumido.
- c) trata-se da hipótese de flagrante impróprio.
- d) a prisão em flagrante é ilegal, pois é situação de flagrante esperado.
- e) o meliante estava em situação flagrancial, mas só poderia ser preso pela autoridade policial e seus agentes.

**47.** No processo ordinário, depois da resposta do réu, o juiz o absolverá sumariamente se presente um dos motivos para o julgamento antecipado, nos quais NÃO se inclui:

- a) causa extintiva da punibilidade do agente.
- b) falta justa causa para o exercício da ação penal.
- c) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.
- d) o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- e) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**48.** Relativamente ao tema ação penal, analise as afirmativas a seguir:

I- A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

II- O perdão independe de aceitação do querelado, tácita ou expressa.

III- A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

IV- Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. C

Está correto o que se afirma :

a) I e III.

b) I, II, e III.

c) II e IV.

d) III e IV

e) I e IV.

**49.** Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.

b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.

c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.

d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

**50.** Considerando a matéria de provas no processo penal brasileiro, analise as proposições abaixo:

I. São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

II- O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

III- adotou a teoria "dos frutos da árvore envenenada" e a teoria da "fonte independente".

IV- o juiz poderá ordenar, somente quando iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas urgentes e relevantes.

Assinale a opção correta:

a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.

b) apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

d) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

e) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.



## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**51.** A autoridade policial da 24ª Delegacia de Polícia de Cascavel no Paraná, durante as investigações de um crime de associação criminosa (Art. 288 do CP), representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Pedro, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público do Estado do Paraná, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial, mas deixa de requerer expressamente, por conta própria, a decretação da prisão temporária. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decretou a prisão temporária pelo prazo de 5 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Pedro não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Francisco, ao ser constituído, deverá alegar que

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Francisco é ilegal, pois deveria ter sido decretada por 30 dias.
- b) a decisão do magistrado de determinar que Francisco ficasse separado dos demais detentos é ilegal.
- c) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que a associação criminosa não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.
- d) a decretação da prisão foi ilegal, pelo fato de ter sido decretada de ofício, já que não houve requerimento do Ministério Público.
- e) a prisão é legal, mas o prazo é ilegal, vez que deveria ser determinado desde o início o prazo de 10 dias, já que admite prorrogação.

**52.** A respeito do assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

- a) É possível a habilitação do assistente da acusação, no curso da ação penal, até a fase de sentença.
- b) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente apenas seu cônjuge, ascendente e descendente.
- c) O assistente da acusação é admitido tanto na fase de inquérito quanto na fase de ação penal, seja nas de iniciativa pública ou privada.
- d) Em caso de concurso de pessoas, o corréu pode figurar como assistente da acusação quanto ao outro acusado, no mesmo processo.
- e) Da decisão que indefere ou admite assistente de acusação, não cabe recurso.

**53.** No que diz respeito ao Inquérito Policial, assinale a resposta correta:

- a) o inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.
- b) em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.
- c) no inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- d) poderá ser arquivado pela autoridade policial, desde que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.
- e) como responsável pela instauração do inquérito policial, a Autoridade Policial deve agir em qualquer hipótese, somente por requisição de Membro do Ministério Público de quem é subordinada.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

54. Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa correta.

- a) A ação civil poderá ser proposta mesmo que a sentença absolutória reconheça que o fato imputado não constitui crime.
- b) A morte do acusado no curso da ação penal impede a propositura ou a continuidade da ação civil.
- c) a decisão que julgar extinta a punibilidade impede igualmente a propositura da ação civil.
- d) A extinção da punibilidade pela prescrição impede a propositura da ação cível pelo ofendido, visto que a prescrição alcança o fato e a produção de seus efeitos.
- e) não impedirá a propositura da ação civil *ex delicto* a sentença absolutória que reconheça a inexistência material do fato.

55. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

56. Caberá recurso em sentido estrito nas seguintes hipóteses:

- a) que não receber a denúncia ou a queixa; que concluir pela incompetência do juízo; que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- b) deferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;
- c) que impronunciar o réu; que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;
- d) que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade; que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor; não conceder liberdade provisória
- e) que aceitar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei; que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;

57. A respeito do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que o

- a) acusado, ainda que seja revel, não pode constituir advogado da sua confiança para atuar no processo.
- b) se o acusado for advogado e estiver foragido, poderá ser processado e julgado sem defensor.
- c) a constituição do defensor só poderá ser feita por instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- d) não poderá funcionar como defensor o parente do juiz, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) acusado deverá ser defendido por advogado, ainda que tenha habilitação e deseje atuar em causa própria.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

58. Nos Juizados Especiais Criminais (rito sumaríssimo)

- a) uma vez homologada, a transação não acarretará reincidência, mas formará título passível de execução no juízo cível.
- b) a composição dos danos civis, uma vez homologada judicialmente, formará título a ser executado no próprio juízo criminal.
- c) se houver representação ou tratando-se de ação penal pública incondicionada, não pedido o arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou de multa, a ser especificada na proposta.
- d) a suspensão condicional do processo poderá ser proposta em relação aos crimes em que a pena mínima cominada for inferior a um ano, atendidos outros requisitos.
- e) Compete ao Juizado Especial Criminal processar e julgar os as infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a 2 anos.

59. Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:

- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- e) é denominada absolutória imprópria a sentença em que o juiz condena o acusado, impõe-lhe pena restritiva de direitos.

60. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

### LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

61. Aponte a alternativa correta em relação às diretrizes de política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher:

- a) a integração operacional do Poder Judiciário com o Ministério Público, exceto a Defensoria Pública que atua como parte interessada.
- b) a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para justificar a manutenção da vigência da lei.
- c) a implementação de atendimento judicial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

d) a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

e) o destaque, nos currículos escolares universitários, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, quando houver correlação do curso com os respectivos temas.

**62.** Indique a alternativa abaixo que contém um erro a respeito dos crimes previstos na Lei das Interceptações das comunicações e de captação ambiental (Lei n. 9.296/96):

a) Constitui crime quebrar segredo da Justiça sem autorização judicial.

b) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas com objetivos não autorizados em lei.

c) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telemáticas sem autorização judicial.

d) Constitui crime promover captação ambiental por um dos interlocutores.

e) Realizar captação ambiental de sinais ópticos para instrução criminal sem autorização judicial.

**63.** Qual das alternativas abaixo não apresenta um princípio/diretriz das atividades de atenção e de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares:

a) estímulo à capacitação técnica e profissional.

b) efetivação de políticas de reinserção social voltadas à educação continuada e ao trabalho.

c) atenção aos familiares do usuário ou dependente de drogas durante a sua internação compulsória.

d) orientação adequada ao usuário ou dependente de drogas quanto às consequências lesivas do uso de drogas, ainda que ocasional.

e) respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer

condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social.

**64.** Qual das condutas impeditivas abaixo não está descrita na lei dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional:

a) Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.

b) Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos.

c) Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Polícias Penais.

d) Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público.

e) Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.

**65.** Dentre as condutas que se caracterizam como contravenções penais que atingem o trabalho ou o sossego alheios não se encontra:

a) provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda.

b) assistindo televisão após o horário municipal permitido.

c) abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos.

d) exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais.

e) com gritaria ou algazarra.



## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

66. Com as alterações decorrentes do Pacote Anticrime, O agente que é reincidente no crime de adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, poderá progredir de regime com qual porcentagem de pena cumprida:

- a) 30%
- b) 40%
- c) 50%
- d) 60%
- e) 70%

67. O ato de **conspurar** edificação caracteriza:

- a) majorante
- b) agravante
- c) privilégio
- d) atipicidade
- e) delito autônomo

68. Cléverson conduzia seu veículo automotor quando atingiu um pedestre que sofreu lesões leves causadas pelo impacto com o carro. Qual das únicas alternativas garantirá ao condutor a possibilidade de transação penal:

- a) estava sob os efeitos de cocaína.
- b) estava no meio de uma exibição de habilidade em duas rodas.
- c) estava a 40 km/h acima da velocidade permitida para o local.
- d) estava dirigindo após ingerir álcool.
- e) estava no meio de um racha.

69. A respeito das novidades legislativas decorrentes do Pacote Anticrime na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), marque a única alternativa integralmente correta:

- a) O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa

não poderá progredir de regime de cumprimento de pena se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.

b) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão iniciar o cumprimento da pena em regime disciplinar diferenciado.

c) Incumbe à acusação comprovar as alegações apresentadas em proposta de colaboração.

d) Apenas nas alegações finais, mesmo se apresentadas em forma de memoriais, deve-se garantir ao réu delatado a oportunidade de manifestar-se após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou.

e) O colaborador tem o direito de cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados, sendo silente a lei no tocante à prisão cautelar.

70. Tendo por base apenas a literalidade da Lei 9.099/95, marque a alternativa incorreta:

a) Os embargos de declaração, opostos contra a sentença, interrompem o prazo para a interposição de recurso.

b) Após a homologação, a composição dos danos civis será irrecorrível.

c) Não se admite a citação por edital nos Juizados Especiais Criminais.

d) Na reunião de processos, perante o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

e) Não se admite a condução coercitiva nos Juizados Especiais Criminais.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

71. A respeito do Estatuto do Desarmamento, aponte a alternativa correta:

- a) A reincidência específica no comércio ilegal de armas de fogo aumenta a pena em metade.
- b) Diante da gravidade de seus crimes, não há penas de detenção.
- c) Não se admite liberdade provisória para o traficante internacional de armas.
- d) O crime de disparo de arma de fogo não admite a medida cautelar real da fiança.
- e) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência do Exército e somente será concedida após autorização do Sinarm.

72. Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal que não comprometam diligências em andamento, caracteriza:

- a) Direito da autoridade policial.
- b) Crime de abuso de autoridade.
- c) Apenas nulidade processual.
- d) Apenas desrespeito à súmula vinculante 14.
- e) Mera irregularidade procedimental.

73. O delito de PICHARDISMO está positivado em qual dos diplomas legislativos abaixo indicados:

- a) Crimes contra a Economia Popular (Lei nº 1.521/1951)
- b) Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3688/1941)
- c) Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/1990)
- d) Código de proteção e defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990)

e) Crimes ambientais contra o patrimônio cultural (Lei nº 9.605/1998)

74. Qual dos delitos contra o patrimônio abaixo não consta do rol dos crimes hediondos, com as alterações decorrentes da Lei 13.964/2019:

- a) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave.
- b) furto de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- c) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.
- d) extorsão qualificada pela morte.
- e) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.

75. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, exceto:

- a) cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- b) fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- c) intervir, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a irregularidades constatadas.
- e) requerer força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança.

**CRIMINOLOGIA**

Luciana Peixoto

76. Na Lei Maria da Penha, o art. 10-A, §1º, III estabelece que: "a inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada." O dispositivo em questão busca evitar a:

- a) Vitimização direta
- b) Vitimização primária
- c) Vitimização secundária
- d) Vitimização terciária
- e) Vitimização social

77. Raul Eugênio Zaffaroni afirma que o sistema penal opera como um filtro, selecionando determinadas pessoas, que estão em situação de vulnerabilidade ante o poder punitivo, ou seja, em uma concreta situação de risco criminalizante em que a pessoa se coloca. Essa situação de vulnerabilidade depende de sua correspondência com um estereótipo criminal: quanto maior a correspondência com determinado estereótipo, maior será sua vulnerabilidade.

O texto acima faz referência a qual escola sociológica?

- a) Teoria da Reação Social
- b) Teoria da Subcultura Delinvente
- c) Teoria da Anomia
- d) Teoria Crítica
- e) Teoria da Associação Diferencial

78. Sobre as Teorias do Conflito assinale a alternativa incorreta:

- a) A Teoria Radical possui base Marxista e fundamenta a ocorrência do crime na desordem econômica, fruto de desigualdade e exclusão social, produzida no sistema capitalista.
- b) O Minimalismo penal defende que direito penal legitima interesses de uma minoria e por isso deve possuir caráter fragmentário, reafirmando a natureza acessória do direito penal.
- c) Para a Teoria do Etiquetamento, o ponto central da criminalidade não é uma característica do comportamento humano, mas sim uma consequência do processo de estigmatização do indivíduo como criminoso.
- d) A ideia de que o sistema penal só serve para legitimar e reproduzir as desigualdades e injustiças sociais, devendo ser substituído pelo dialógico é intitulada Abolicionismo Penal.
- e) A Teoria Neorrealista defende que os crimes menos graves merecem uma resposta enfática da sociedade e do sistema judiciário, admitindo a ideia do cárcere.

79. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinvente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delincente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

**80.** Os discursos punitivos orientam a atuação e as expectativas da população, dos políticos, da mídia, dos legisladores, dos interpretes e aplicadores da lei (policiais, ministério público, juízes e doutrinadores) assim como dos agentes penitenciários. Sobre esse assunto, marque a alternativa correta:

a) Para os adeptos do movimento Minimalista, as penas alternativas, que evitam o desnecessário encarceramento do agente que praticou uma infração penal de pouca ou nenhuma importância, estimula o cometimento de outros delitos.

b) O discurso punitivo denominado "Tolerância Zero" defende que os crimes seriam frutos da negligência dos órgãos de controle com os pequenos delitos, fato que ensejaria sensação de insegurança e abandono no controle social, servindo de alimentação para o surgimento de grandes crimes.

c) A Teoria das Janelas Quebradas busca reprimir todo e qualquer ato criminoso com o mesmo rigor, a fim de evitar a ocorrência de delitos de maior potencial ofensivo.

d) Na política criminal atuarial, passa-se a gerir a criminalidade segundo o critério de classificação de indivíduos em perfis de risco (*risk profiles*). O objetivo é identificar os ofensores de alto risco, mantê-lo presos por um longo período e julgá-los rapidamente, enquanto que para os ofensores de baixo risco a investida do controle é menos intrusiva.

e) A Teoria das Janelas Quebradas surgiu nos Estados Unidos, após um estudo desenvolvido na Universidade de Chicago, que tinha Rockefeller como investidor e trabalhava com dois conceitos propiciiais: desorganização social e áreas de delinquência.

### DIREITO CIVIL

Lhaís Hamid

**81.** Abraão foi gravemente agredido por Pedro, de treze anos de idade, em razão do que quer ajuizar ação de indenização por danos materiais e morais contra Jair e Laura, pais de Pedro. Assinale a opção correta, de acordo com o entendimento do STJ.

a) A ação deve ser ajuizada exclusivamente em desfavor dos pais de Pedro, porque, conforme a legislação, ele, por ser menor, não possui responsabilidade civil por seus atos.

b) A responsabilidade civil de Pedro pela reparação dos danos é subsidiária, em relação a seus pais/responsáveis, e mitigada.

c) Há litisconsórcio necessário entre Pedro e seus pais, em razão da responsabilidade solidária entre o incapaz e seus genitores.

d) A ação poderá ser ajuizada contra os pais de Pedro somente se for demonstrado que ele não possui patrimônio para reparar o dano.

e) Os pais de Pedro não possuem legitimidade para figurar na ação de responsabilidade civil, sendo a responsabilidade unicamente do menor.



## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

**82.** Analise as seguintes proposições sobre o fim da personalidade da pessoa natural e marque a alternativa correta:

I. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, mas o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

II. É facultado ao cônjuge sobrevivente, ou a qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau, exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade de pessoa já falecida, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

III. A retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

**83.** Analise as seguintes proposições e marque a alternativa correta:

I. A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa, mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

II. De acordo com entendimento sumulado no Superior Tribunal de Justiça, a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos e comerciais depende de prova do efetivo prejuízo.

III. A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo

responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) As proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**84.** Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

II. A validade do negócio jurídico depende de agente capaz, objeto lícito, possível e determinado ou determinável, além de forma prescrita ou não defesa em lei.

III - É nulo o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

IV - O estado de perigo consiste na situação em que alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

V - O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, convalidando pelo decurso do tempo, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II, III e V.
- d) I, III e V.
- e) I, II e III.

**85.** Sobre as Fundações, assinale a alternativa correta:

- a) A fundação poderá ser criada para qualquer objetivo, desde que lícito.
- b) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, exclusivamente por escritura pública, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- c) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- d) O Delegado de Polícia deve ser ouvido nos casos em que houver alteração do estatuto da fundação.
- e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, poderá promover sua extinção, revertendo seu patrimônio em favor do Estado onde situada.

## **DIREITOS HUMANOS**

**Ricardo Torques**

**86.** Os direitos humanos apresentam características próprias e que os distinguem de outros tipos de direitos, principalmente os que compõe o ordenamento jurídico interno. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da relatividade dos direitos humanos, pode-se afirmar que nenhum direito humano é absoluto.
- b) As gerações dos direitos humanos permitem afirmar que estes são um dado da natureza.
- c) O efeito *cliquet* é considerando um princípio constitucional implícito e aplicado exclusivamente ao gestor público.
- d) A proibição do retrocesso faz com que o Estado, após reconhecer os direitos humanos, assumo o dever de torná-los efetivos e, também, preservá-los, abstendo-se de frustrá-los.

e) É possível alegar o Princípio da Reserva do Possível, ainda que atinja o mínimo existencial necessário ao cidadão.

**87.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) reconhece a dignidade inerente a todos os membros da humanidade e que seus direitos são iguais e fundamentados na liberdade, na justiça e na paz do mundo. Com base na DUDH, assinale a alternativa correta sobre os direitos assegurados:

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual a Constituição Federal, assegura às crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio a mesma proteção social.
- b) Quando vítima de perseguição, o indivíduo sempre poderá invocar o direito de procurar e gozar asilo em outros países.
- c) A Declaração veda, por completo, a privação da nacionalidade.
- d) A liberdade de opinião e expressão inclui a liberdade de, sem interferência, procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios, desde que limitado a determinadas fronteiras.
- e) De acordo com a categoria profissional a que pertença, o indivíduo poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação.

**88.** A Constituição Federal positiva vários direitos humanos em seu texto e, em razão da dinâmica social, o Supremo Tribunal Federal é instado a pronunciar-se sobre a adequada interpretação e extensão do texto constitucional. Desse modo, assinale a alternativa correta:

- a) A utilização de políticas de ação afirmativa, que implicam tratamento diferenciado em favor de minorias, é constitucional inclusive para fins de concurso público, desde que adotado apenas o critério da heteroidentificação.
- b) A liberdade de expressão, consagrada no texto constitucional, já abarca o *hate speech*.
- c) As manifestações de proselitismo religioso são admitidas, contando que não sejam proferidas ofensas às demais religiões.

## 2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05

d) Havendo ofensa à honra ou imagem, a única forma de reparação é por meio do pagamento de indenização em pecúnia.

e) A inviolabilidade de correspondência, assegurada a todos, pode ser invocada inclusive quando estas servem de instrumento para práticas ilícitas.

**89.** A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada pelo Congresso Nacional em 1989, foi promulgada em 1991. Sobre a Convenção, pode-se afirmar corretamente que

a) A Convenção estabelece que os Estados Parte devem considerar os atos de tortura como crimes, embora não estenda o mesmo tratamento à tentativa de tortura.

b) A tortura só poderá ser efetivamente processada e punida quando cometida em território nacional.

c) A adesão à Convenção gera a exclusão de qualquer jurisdição criminal exercida de acordo com o direito interno.

d) A Convenção garante à vítima de um ato de tortura, o direito à reparação e a uma indenização justa e adequada, incluídos os meios necessários para a mais completa reabilitação possível. Nesses casos, a vítima não fará jus à indenização que eventualmente tenha direito em decorrência de leis nacionais.

e) O crime de tortura deverá ser considerado como extraditável em qualquer tratado de extradição existente entre os Estados partes.

**90.** A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes apresenta distinções e conceitos iniciais importantes. Com base na Convenção, assinale a alternativa correta:

b) A tortura só pode ser infligida por particulares. Os funcionários públicos ou pessoas no exercício de funções públicas responderão apenas administrativamente.

d) Para que seja caracterizada a tortura, exige-se o efetivo sofrimento da vítima, não sendo punível a instigação à prática da tortura.

c) Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

e) A tortura pode ocorrer visando informações ou confissões, castigos por prática de atos, intimidação ou coação, mas não por discriminação de qualquer natureza.

a) A tortura é caracterizada apenas por dores ou sofrimentos físicos, sendo desconsideradas demais manifestações de sofrimento.

## INFORMÁTICA

Ranielison dos Passos

**91.** Considerando o sistema operacional Linux, distribuição Ubuntu e instalação padrão, ao executar a ferramenta terminal de comandos, para execução de comandos de texto, o comando que deverá ser utilizado para criar um diretório em disco com o nome de **Estratégia Concursos**, considerando a primeira letra das palavras **Estratégia** e **Concursos** deverá constar em maiúsculo, é:

a) `rm -M1 estratégia concursos`

b) `rm "Estratégia Concursos"`

c) `mkdir "Estratégia Concursos"`

d) `mkdir +1 estratégia concursos +1`

e) `mkdir Estratégia Concurso`

**2º Simulado - Delegado da PCPR 16/05**

	A	B	C
1		5	0
2		2	3
3		10	9

92. A imagem acima apresenta parte de uma planilha sendo editada no CALC, configuração padrão.

Qual alternativa abaixo apresenta o valor correto a ser exibido após o usuário executar a função  $=B3+B2*C1$  na célula A1.

- a) 120.
- b) 10.
- c) 12.
- d) 0.
- e) #DIV/0!.

93. Em arquitetura básica de computadores podemos encontrar vários tipos de componentes, que vão desde elementos físicos a elementos lógicos. Dentre os elementos físicos podemos destacar a porta de conexão, sendo a mais conhecida o barramento de conexão USB (Universal Serial Bus), que pode ser classificado como um periférico de:

- a) de saída de dados.
- b) de entrada e saída de dados.
- c) de entrada de dados.
- d) de memória de dados.
- e) de energia e infravermelho.

94. Um usuário de computador está realizando algumas atividades na internet e se deparou com alguns termos.

I. *Upload* é o termo utilizado para representar o processo de se obter arquivos da internet, baixando para o computador local.

II. Browsers são programas aplicativos desenvolvidos para a navegação tanto na internet quanto na intranet, a rede interna.

III. URL é um tipo de aplicativo parecido com os browsers, permitindo troca de mensagens de e-mails entre computadores conectados na internet ou intranet.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

95. Sistemas de comunicação via correio eletrônico são recursos utilizados para troca de mensagens através da internet. Para isso será necessário o usuário ter uma conta de endereço registrada em um provedor de e-mails.

Considerando o texto anterior, assinale a alternativa que descreve um processo possível em correio eletrônico.

- a) Mensagem recebida sendo endereçado em cópia (CC), cada pessoa em cópia consegue saber que há outras pessoas em cópia.
- b) Mensagem recebida com uma pessoa em cópia oculta (CCO), essa pessoa consegue ver quem são as demais pessoas que também estão em cópia oculta.
- c) Encaminha uma mensagem que possui um arquivo anexo, por padrão somente a mensagem é encaminhada, sem o anexo.
- d) Responder uma mensagem em que há uma pessoa em cópia oculta (Cco), essa pessoa também recebe a resposta em cópia oculta.
- e) Responder uma mensagem que tem um arquivo anexo, por padrão o anexo também é enviado com a resposta.



**MEDICINA LEGAL**

Paulo Bilynskyj

96. Em um caso de violência doméstica, no laudo pericial da vítima, foram apontadas diversas equimoses pelos braços, pernas e costas. Algumas apresentavam coloração violácea e outras esverdeadas. Com base nas informações destacadas e tendo como base o "Espectro equimótico de Legrand du Saulle", assinale a alternativa correta.

- a) Pode-se afirmar que as lesões foram produzidas no mesmo dia.
- b) As lesões de coloração violácea foram produzidas há pelo menos 4 dias da data da perícia.
- c) As lesões de coloração esverdeada foram produzidas há mais de 10 dias da data da perícia.
- d) As lesões violáceas podem ter sido produzidas entre o 2º e o 3º dia que antecederam a perícia.
- e) As lesões esverdeadas foram produzidas entre o 5º e o 6º dia que antecederam a perícia.

97. Um cadáver foi encontrado com uma lesão perfuro-contundente produzida por disparo de arma de fogo. No orifício de entrada, havia uma ferida escura pelo arrancamento da pele, a característica mencionada é chamada de:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Anel de Fisch.
- c) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- d) Câmara de Mina de Hoffman.
- e) Tronco de Cone de Bonnet.

98. O enforcamento, o estrangulamento e a esganadura são modalidades de constrição do pescoço. Com base nas características de cada uma assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Através da análise das características do sulco formado no pescoço da vítima é possível distinguir se houve enforcamento ou estrangulamento.
- b) Só há enforcamento quando a força atuante é o peso do corpo da vítima.

c) A esganadura ocorre por parte do corpo que atua de forma similar a um laço (mãos, chave de braço, golpes de jiu jitsu).

d) É extremamente difícil que ocorra esganadura em virtude de suicídio.

e) No enforcamento, a vítima deve estar completamente suspensa, caso contrário pode-se suspeitar de uma simulação.

99. Com base na sequência a seguir, aponte a sequência correta das figuras fundamentais na identificação dactiloscópica de Vucetich: I - 3441

a) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há um verticilo; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.

b) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo há um arco.

c) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo há um verticilo.

d) No polegar, há um verticilo; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.

e) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há um arco.

100. Assinale a alternativa aponte corretamente o fenômeno descrito, bem como o tempo no qual atinge seu ápice.

Trata-se de fenômeno abiótico consecutivo de natureza fisico-química, devido à ação de produtos catabólicos do metabolismo, correspondente a uma situação de vida residual do tecido muscular.

- a) Espasmo cadavérico - 8 horas após o óbito.
- b) Rigor mortis - 36 horas após o óbito.
- c) Livor mortis - 12 horas após o óbito.
- d) Rigor mortis - 8 horas após o óbito.
- e) Algor mortis - 12 horas após o óbito.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-PR-16-05-20>

***Conheça nosso sistema de questões!***

***Clique no banner!***



## Conheça nossos cursos

**[Cursos para Delegado da PCPR](#)**